

Depois das autarquias, a procura dum «eixo»?

por Joaquim Heleno

Desabituaados que andávamos dum Outono certo, com passos cronometrados, a mal permitir um S. Martinho que desse aos amigos da farra umas tardes de água-pé da nova misturada com o estralejar de castanhas recentes, chegou-se a tomá-lo, como um aviso...

Não se confirmando o Outono quente augurado, em meados do ano, por certos pontífices da política, mesmo assim, e a despeito das bátegas que entretanto caíram, a temperatura aumentou de modo sensível com a realização dos congressos dos partidos que tiveram assento nos governos provisórios e que se prolongaram até à segunda quinzena de Novembro.

A reunião máxima do PCP menos que uma autocritica pela sua prática vanguardista e tão triunfalista quanto globalmente incorrecta no ante-25 de Novembro ou, ainda, que um esforço de europeização das suas linhas táticas, serviu para, através de processos típicos de «centralismo democrático», ultrapassar tensões internas, notórias, principalmente, depois do fracasso da campanha para a Presidência da República. Seria uma forma de, por meio de amplo debate de teses, nas bases, mobilizá-las para objectivos próximos, refazendo assim a unidade interna, exuberantemente patenteada na aprovação, por unanimidade, das propostas presentes à sessão final do congresso.

Como era de prever, depois deste afinamento geral, o contra-ataque não se faria esperar e efectivamente veio na contestação, em manifestações simultâneas, da política laboral e económica do Governo, dos «desvios» à Reforma Agrária, na continuação do assédio aos Sindicatos da linha da «Carta Aberta», a provocar a sensibilização do eleitorado potencial para as eleições de Dezembro.

O PS, por seu turno, para aplacar as críticas vindas de forças à sua direita, acabou por aliar uma fracção da sua ala obrei-

rista, ao mesmo tempo que procurou, através dos grandes meios de comunicação que fortemente domina, aquilo que a sua gestão pública não tem conseguido — a compreensão e adesão das populações da maior parte do País para a sua política governamental — e, para o efeito, manda à TV ministros com melhor receptividade no grande público, transformados em salva-vidas, de última hora, das insuficiências da sua máquina técnico-administrativa.

Jogando na comodidade e até num quantum de ambiguidade possível de partido sem responsabilidades de Governo o PPD/PSD teve um Outono calmo, no qual Leiria foi apenas uma ratificação dos arranjos de Seteais, fixando coesamente o partido à volta dum Comissão Política, formada por tecnocratas da política, onde domina evidentemente Sá Carneiro, e despoletando desta maneira grupos internos de equilíbrio, como o CERESD, porventura com algumas ambições...

Tal «desfo» permitiu-lhe uma adaptação pragmática à situação política portuguesa, indo dum apoio crítico inicial ao Programa do Governo do PS (o que levou Mário Soares a retribuir, desvanecido, com o ápodo de social-democrata ao partido da Rua de Buenos Aires, induzindo os alcoviteiros da política a imaginar, de repente, um «flirt») a um crescendo de oposição ao mesmo Governo, à medida que se aproximavam as eleições para as autarquias e se tornava necessário polarizar um gradual desalento das populações — o que teria, como consequência, o retirar posterior, pelo cheio do Governo, daquele tratamento ao PSD, voltando a qualificá-lo de liberal, como normalmente faz sempre que passa a fronteira ou vê aproximar-se qualquer sufrágio.

De assinalar, talvez, dentro do PSD, a definição de princípios e de estratégia do seu sector sócio-profissional (Encontro geral de delegados deste sector, de 9 de Outubro, em Lisboa, e Encontro de Bancários, ainda recente, em Coimbra) o que preannunciará, certamente, dentro dum sindicalismo socialista-reformista, a exploração da inexperiência e dos erros do PS, neste campo, e o ponto de partida para uma maior penetração nas estruturas dos trabalhadores onde o predomínio do PC vem crescendo, por falhas graves do grupo da «Carta Aberta».

Para além do elevado número de abstenções verificado no passado dia 12, e que terá prejudicado principalmente os partidos à direita do PC (pelo melhor enquadramento e activismo militante dos votantes deste e dos da extrema-esquerda) as percentagens relativas mantiveram-se, no tocante aos números saídos das eleições de Abril deste ano, com uma pequena descaída do PSD, compensada por subida do PS, e também do CDS.

A FEPU, cujo componente-dominante é obviamente o PCP, beneficiou, em termos de percentagem, com os 35% de ausências, se bem que, em números absolutos, mesmo em relação ao padrão de Abril, piorasse a sua votação, já que, como se terá presente, o PC não colheu nessas eleições, a norte do Tejo, os votos da anterior CDE, e ainda assim atingiu cerca de 825 mil contra os 740 mil agora para as autarquias.

Temos, consequentemente, escrúpulos em seguir até ao fim alguns analistas, ditos revolucionários, quando concluem que «as massas trabalhadoras não acreditaram que estas eleições viessem transformar a sua existência quotidiana concreta», antes se nos afigura terem sido o cansaço de sucessivos actos electorais, sem correspondentes resultados palpáveis, a par dum

falta de cobertura do período eleitoral pelos massivos suportes da Comunicação Social, os responsáveis pelo relativo desinteresse de domingo passado. Foi precisamente nas zonas de menor permeabilização aos meios de Comunicação e de maior densidade de populações não «proletarizadas» que se verificaram os quocientes mais baixos de presenças às urnas.

Mas, se não se alterou, de maneira a provocar a ruptura imediata, a anterior correlação de forças, amostrada em Abril último, quando comparada com os resultados da audição de domingo ao eleitorado, notam-se, no entanto, movimentos que só por obstinação interessaria se poderão desprezar, dando indicadores a nosso ver claros dos motivos que lhe estiveram por detrás.

O bloco comumente denominado marxista totalizou a mesma percentagem aproximada de Abril, explicando-se o aumento da FEPU pela recuperação no Norte dos votos do MDP/CDE que, em Abril, haviam ido para o PS. Quanto aos partidos situados à direita deste bloco (PPD e CDS), apesar das abstenções tiveram um acréscimo de cerca de 1% a que correspondem mais algumas dezenas de milhares de votos expressos. Em votos perdidos em relação a Abril, também aí o bloco marxista ultrapassava o daqueles partidos, em 140 mil votos (582 289-441 770), o que mostra um certo «desespero», principalmente das populações do Norte, mas não só, quanto à situação económica actual.

Se analisarmos os resultados em termos de opções pessoais — o tal «caciquismo» — de que muitos falam, os indícios de que as populações estão cansadas tornam-se ainda mais significativos: com menos 370 mil votos que o PS, só o PSD tem o mesmo número de presidentes de Câmara e menos 68 mandatos, num total, à sua conta, de 623...

Ainda que sem intenções de antecipação a análises de conjunto que dados complementares

e mais dilatado tempo de reflexão sobre eles irão, decerto, proporcionar, não profanarão, assim o espero, os domínios da sociologia política, mais alguns juízos, a modos de síntese, sobre esta última fase do processo da formação de instituições democráticas em Portugal e que foram as eleições para as autarquias:

— Contra o que bastantes denunciavam, não terão afectado grandemente os resultados as ocupações de boa parte das autarquias por comissões administrativas afectas, na quase totalidade, ao MDP/CDE, logo após o 25 de Abril, e frequentemente sem se ter em conta a desintonização desses órgãos com a consciência dominante das populações que representavam, transformando-as, assim, a pretexto de defesa contra o retorno do fascismo, em testas de ponte do partido que lhe estava por detrás:

— Ainda não se terá esvaído por completo uma espécie de reflexo-condicionado em relação a determinados partidos não marxistas, e criado pela propaganda oficiosa do Gonçalvismo, precisamente nas zonas onde ela era mais facilmente transportada, bem como as barreiras levantadas noutras zonas contra tudo o que tenha conotação socialista ou «cheire» a comunista, do que resulta um bloqueamento mais ou menos ainda manifesto nestas eleições de determinados feudos, em relação à penetração de partidos divergentes.

Daqui resulta, talvez artificialmente, uma segmentação geográfica dos partidos, dando a aparência de clientelas electorais perfeitamente estabilizadas, o que se afigura impossível neste momento do nosso processo, a qual é apenas ultrapassada pelo PS com uma equilibrada distribuição nacional.

Mesmo assim, esta distribuição, com predomínio em regiões de pequena burguesia do sector urbano de serviços ou de massas trabalhadoras-operárias de razoáveis níveis de rendimento (como são as zonas de Lisboa e Porto e, no geral, as cidades e

seus arrabaldes), não evitará, ao contrário do que procuram fazer crer dirigentes do Partido Socialista, a tensão crescente, resultante da existência dum Governo com uma base de apoio que continua minoritária e da falta de operacionalidade que tem revelado.

Muito embora não nos inclinemos a vaticinar, para já, uma queda do Governo PS, pensamos que terá forçosamente que alargar o passo, se não quer perder definitivamente o comboio, negociar mais com os partidos tanto à sua esquerda como à sua direita, não só em arranjos parlamentares, mas fundamentalmente, nas resoluções que interferiram nas respectivas zonas de domínio e que possam suscitar a sua oposição.

Mas, sabido que a maioria de esquerda é uma mera extrapolação política que só existirá realmente enquanto sonho (no dia em que o PS fizesse coligação com o PC deixava de contar com os votos que permitem falar em «maioria de esquerda»), parece que a presente consulta ao eleitorado e a própria situação internacional apontam para um arranjo mais que pontual, num lastro democrático, mais ou menos alargado, onde se apoie o tal «eixo» político-social, à volta do qual se desenvolve o processo português, nestes tempos próximos: um «eixo» que, não tendo necessariamente a forma de coligação, mereça a confiança da população activa portuguesa e daqueles que no estrangeiro se solidarizam conosco na defesa da Democracia, da Justiça Social e da (possível) Independência Nacional.

Para tanto, urge que os políticos tenham presentes os avisos da I República e sobreponham às ambições pessoais de promoção que lhes podem ser fatais a defesa de valores maiores que dizem defender e se chamam democracia e bem-estar do povo. E é tempo também de se deixar de invocar sacrilegamente, em vão, o seu nome, porque só... em palavras!...

